MILITARES NOS QUARTÉIS E OS GOLPISTAS NA CADEIA!

A IMPUNIDADE VEM DE LONGE

Ivan Valente
PSOL
deputado federal

Foto capa: Orlando Brito/VEJA

MILITARES NOS QUARTÉIS E OS GOLPISTAS NA CADEIA!

A IMPUNIDADE VEM DE LONGE

IVAN VALENTE

São Paulo · março · 2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:
NÃO PODEMOS PERDER A OPORTUNIDADE HISTÓRICA 6
UM GOLPE EM CONSTRUÇÃO 8
CPMI NÃO POUPOU BOLSONARO E MILITARES GOLPISTAS 12
SEM ANISTIA PARA GOLPISTAS! 18
QUANDO NOSSOS VIZINHOS DERAM EXEMPLO 24
A CONDENAÇÃO DE CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA NA AÇÃO MOVIDA PELA FAMÍLIA ALMEIDA TELES: A RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES DA REPRESSÃO 27

INTRODUÇÃO

NÃO PODEMOS PERDER A OPORTUNIDADE HISTÓRICA

Desde o fim da ditadura que militares não se enlameavam tanto e passavam por tanta vergonha quanto no governo Bolsonaro. Em vez de se ater a suas funções institucionais, como a defesa de nossas fronteiras, uma parte significativa do alto oficialato se envolveu em uma aventura desonrosa ao se abraçar ao capitão reformado que jamais respeitou Direitos Humanos, Constituição e Democracia.

O problema não surgiu da noite para o dia. A indolente Lei da Anistia permitiu que os saudosos da ditadura se sentissem à vontade para manter versões negacionistas do horror que aconteceu no Brasil, com seu saldo nefasto de ao menos 434 mortos e desaparecidos, mais de 20 mil torturados e 50 mil presos políticos. Diante da impunidade, militares associados à ditadura repudiaram a Comissão da Verdade, ousando até mesmo destruir arquivos, e não deixaram de tentar propagar a ideia infame de que em 1964 não houve golpe, mas um "contragolpe" que teria "salvado" o Brasil do socialismo.

Tamanha farsa encontrou seu maior porta-voz em Jair Messias Bolsonaro, que ao ser recebido em 2014 pela Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) com a anuência dos generais, daria impulso à promiscuidade entre militares ultraconservadores e o projeto político do então deputado de baixo clero.

Bolsonaro foi eleito em 2018 com um repertório misógino, racista e homofóbico, que para completar a receita indigesta incluía um linguajar de torturador dos porões do DOI-CODI. Assim como foi um grave erro não punir os crimes de agentes do regime militar, também foi alto o preço que a sociedade pagou ao deixar impunes discursos criminosos de Bolsonaro, como o de que a ditadura "deveria ter matado uns 30 mil" ou o repulsivo elogio ao mais proeminente torturador e assassino das Forças Armadas, Brilhante Ustra, na sessão de impeachment de Dilma.

Não pode ser perdida a oportunidade de responsabilização jurídica, política e histórica, diante dos muitos maus feitos do governo anterior. Os militares que se rebaixaram a apoiar um governo genocida, corrupto e golpista têm que pagar pelos seus crimes. Diga-se de passagem que o general Pazuello precisa responder pela prevaricação na compra das vacinas e atendimento a Manaus em plena pandemia, assim como o tenente-coronel Mauro Cid precisa somar às suas penas uma condenação por participação no desvio das joias sauditas. Neste dossiê, contudo, vamos nos concentrar na gravíssima tentativa de golpe de estado, que, mesmo tendo fracassado, mancha irremediavelmente a imagem das Forças Armadas, uma vez que integrantes do alto comando estiveram em conluio com um ex-presidente genocida que buscou uma ruptura institucional.

Este dossiê é uma continuação do caderninho que publicamos em 2023, "O golpe fracassado - Tutela militar nunca mais". Um ano depois foram tantas as revelações da trama que sentimos a necessidade de atualizar o material e trazer novas proposições. Nestas páginas, vamos percorrer os preâmbulos da tentativa de golpe, em que a Lava Jato e o General Villas Boas, entre outros fatores, propiciaram as condições de vitória de Bolsonaro; apresentaremos um balanço da CPMI do golpe de 8 de janeiro, que trouxe resultados significativos apesar da confusão promovida pela direita; os principais militares envolvidos no golpismo; e levantaremos contribuições mais conclusivas e propositivas. Complementarmente, vale o olhar para os exemplos de punição a ditadores na América Latina, em especial os exemplos de Argentina e Chile. E por fim, temos o orgulho de encerrar o dossiê com a colaboração de Pádua Fernandes, pesquisador que publicou importante livro sobre a condenação na esfera cível do torturador Carlos Brilhante Ustra.

Seguiremos firmes na luta até que os golpistas terminem na cadeia! Boa leitura!

UM GOLPE EM CONSTRUÇÃO

BOLSONARO COMPREENDE QUE GENERAL VILLAS BOAS PREPAROU O TERRENO, COM A PRESSÃO PELA PRISÃO ILEGAL DE LULA E A FRAGILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA.

Pedro Ladeira/FolhaPress

Quando o golpe de 1964 completa 60 anos, a história de um outro golpe, esse fracassado, vai ficando cada vez mais evidente com seus personagens sendo revelados, tendo como principal articulador o miliciano Jair Bolsonaro e a participação inegável de setores da alta cúpula militar.

A tentativa golpista do 8 de janeiro não foi um raio em céu azul, foi resultado de um processo de abusos e de tentativas de tutela militar sobre o Estado Brasileiro que coincidiu com aqueles que podem ser considerados entre os piores anos da vida política brasileira. O período que vai do golpe parlamentar que retirou Dilma Rousseff do poder, que consolidou os abusos criminosos da Lava Jato, que resultou na prisão de Lula e na eleição de Bolsonaro e nos quatro anos de seu governo golpista.

Um dos episódios mais marcantes desse período se deu em 3 de abril de 2018, às vésperas do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do pedido de habeas corpus a favor de Lula, quando o comandante do Exército, General Eduardo Villas Bôas, postou em seu Twitter o seguinte: "Asseguro à nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais". Tal texto foi um ataque à democracia e à própria Constituição que dizia defender, agredia as instituições democráticas, lançando mão de uma chantagem sobre o STF. Ele teve apoio de outros militares, como os generais Augusto Heleno e Braga Netto, que depois seriam figuras centrais do governo Bolsonaro e na articulação do golpe frustrado do 8 de janeiro.

A condenação de Lula, sua prisão e cassação dos seus direitos políticos, impedindo-o de ser candidato à presidência da República em 2018, foi o principal fator que abriu caminho para a vitória de Bolsonaro em uma eleição marcada pelo discurso de ódio, por fake news e pelo avanço como nunca da extrema direita no país. A eleição de um capitão reformado do Exército, que nega ter havido Ditadura Militar no Brasil e é entusiasta da tortura, com o vergonhoso e criminoso elogio a Brilhante Ustra durante a votação do impeachment da Dilma, animou os militares e as forças de extrema direita, retomando uma participação política das Forças Armadas que desde o fim da redemocratização não se via no Brasil. Foi significativo também o direcionamento e o aliciamento das Polícias Militares e Civis em todo o país.

Bolsonaro se cercou de militares em postos chaves de seu governo. Milhares de cargos civis foram ocupados por militares na administração direta, em autarquias, fundações e empresas estatais, inclusive com inúmeras denúncias de irregularidades. Nem mesmo durante os governos militares se verificou tal concentração. Essa situação reacendeu o temor das forças democráticas de um possível novo golpe. Apesar do período de redemocratização do

país ser marcado por uma maior profissionalização das Forças Armadas e do afastamento de uma atuação mais diretamente política, algumas questões não foram bem resolvidas entre os militares e a democracia brasileira.

1 - A insistência dos militares em não reconhecer os abusos e crimes praticados durante a ditadura (1964-1985).

2 - A resistência em abrir os arquivos referentes à repressão e às atrocidades do regime.

A atitude das Forças Armadas brasileiras contrasta com outras democracias da América Latina, em especial Chile, Argentina e Uruguai onde a punição pelo golpe, tortura e outras atrocidades vem sendo sentenciada nos Tribunais.

Com Bolsonaro no poder, essas questões ganham maior relevo e os militares passam a ter uma postura mais ofensiva em relação à democracia, inclusive com a comemoração do golpe de 1964 durante os anos de seu governo. Um exemplo foi o ataque à Comissão de Anistia que teve sua composição completamente distorcida para ser usada como um tribunal de negação de direitos àqueles que foram duramente perseguidos e sofreram duras violências na resistência à ditadura militar.

O governo Bolsonaro também marca o coroamento de uma história das Forças Armadas no Brasil que nunca se viu efetivamente separada da vida política. Essa intromissão, que marca a trajetória dos militares, coloca-os quase sempre nos piores momentos de instabilidade política, de repressão, prisões, arbítrio da história do país.

Essa controvérsia em relação ao papel moderador das Forças Armadas foi um elemento determinante na aventura golpista do 8 de janeiro. Para eliminar essa questão o PSOL apresentou junto ao STF uma solicitação para que se declare a inconstitucionalidade de interpretações que ampliem as atribuições estabelecidas no artigo 142 da Constituição Federal. Na ação, o partido requer a declaração de inconstitucionalidade de interpretações que permitam a ruptura total ou parcial do regime democrático ou a instalação de governo de exceção pelas Forças Armadas ou por civis apoiados por elas. Solicita, ainda, que a veiculação, a propaganda ou o incentivo a essas interpretações não sejam protegidos pela imunidade parlamentar e que parlamentares que adotarem essas práticas sejam investigados e responsabilizados nos âmbitos político, civil, criminal e administrativo, assim como os demais envolvidos. De todo modo, o principal passo pra acabar de vez com qualquer margem do uso indevido do artigo 142 seria a sua supressão da Constituição. É preciso que as Forças Armadas se atenham ao seu papel essencial de proteção da nação contra ataques externos e deixem de ver a organização popular como inimigo interno.

A DITADURA DE 1964 NÃO PODE SER VISTA COM NOSTALGIA. FOI UM REGIME CRUEL QUE SÓ PODE SER REPUDIADO.

FOTO: Wikimedia Commons

CPMI NÃO POUPOU BOLSONARO E MILITARES GOLPISTAS

FOTO: Sergio Lima/Brasil de Fato

GENERAL HELENO É ULTRAGOLPISTA DESDE O REGIME MILITAR E NÃO FOI DIFERENTE NO GOVERNO BOLSONARO.

"Embora seja loucura, há método nela." A frase está na peça Hamlet de Shakespeare, mas cabe à avaliação que podemos fazer dos graves ataques à democracia que culminaram no fatídico 8 de janeiro de 2023. O grande mérito do relatório final da CPMI, apresentado pela senadora Eliziane Gama em 17 de outubro de 2023, foi demonstrar como a absurda e aparentemente insana invasão à Praça dos Três Poderes não pode ser explicada fora de um contexto maior, no qual métodos golpistas necessariamente responsabilizam a cúpula bolsonarista, militares incluídos.

Antes do 8 de janeiro, testemunhamos, no dia da diplomação do Lula, 12 de dezembro, uma noite de caos, com a tentativa de invasão da sede da Polícia Federal em Brasília. A apatia da Polícia Militar diante da turba bolsonarista não foi muito diferente neste episódio e no da Praça dos Três Poderes, nos dois casos permitindo, como em um torpor sonâmbulo, que criminosos se refugiassem em acampamentos nos quartéis. Sequer era preciso aguardar os lamentáveis desenlaces para prever que os acampamentos bolsonaristas nos quartéis militares funcionariam como viveiros de golpistas. É notório que ali pregavam ideias antidemocráticas, em uma repugnante nostalgia pelos tempos sombrios de nossa ditadura militar. Não eram acampamentos de férias, eram celeiros de criminosos, de gente unida pela rejeição às urnas eletrônicas e à legitimidade do Supremo Tribunal Federal, dispostos a empregar meios violentos para impor um regime autoritário.

É fundamental, portanto, não deixar barato para as autoridades que tinham voz de comando sobre a PM e foram coniventes, para dizer o mínimo, nos momentos decisivos do golpe. Foram acertados os pedidos da CPMI de indiciamento do ex-comandante Fabio Augusto Vieira (em liberdade provisória após passagem pela prisão) além de seis outros do alto escalão da PM-DF, e de Anderson Torres (que também sofreu prisão), o qual como então secretário de segurança do DF em janeiro de 2023 teria a palavra final. Todavia, também Braga Netto e General Heleno não nos deixam dúvida de que a tolerância para com os acampados situa parte do Exército no torpe sonho de usurpação do poder à força. Braga Netto havia explicitamente encorajado acampados golpistas, quando lhes disse "Não percam a fé", assim como General Heleno, que ousou, em depoimento à CPMI, dizer que não via nos acampamentos nada que "interessasse à segurança institucional", o que é assombroso de se ouvir de quem comandava a GSI. Tampouco podemos ser inocentes ao lembrar que Heleno havia dito que "ladrão não sobe a rampa", o que na mentalidade golpista só poderia significar um duplo negacionismo: da absolvição de Lula pelo STF e do resultado eleitoral.

Jair Bolsonaro e seu séquito não podem fingir surpresa pela tentativa de golpe de 8 de janeiro. Após reunir embaixadores de diversos países para, utilizando estrutura pública, contestar a legitimidade das nossas eficientes urnas eletrônicas, Bolsonaro nunca atuou dentro das "quatro linhas

da Constituição", como diz na sua linguagem de boteco. Jamais agiu pela normalidade democrática. Melhor dizendo, seu anseio pela retomada do poder era tal que possivelmente sua expectativa era de um resultado mais sangrento, mais disruptivo, mais irremediável dos atos antidemocráticos. Ainda assim, golpista fracassado não pode ser golpista impune. A tentativa de golpe é crime! Caso fossem vitoriosos, teriam se tornado ditadores. Concretizada ou não, a ameaça à democracia é corrosiva para as nossas instituições, é um prejuízo incomensurável à república. Correto portanto, o pedido de indiciamento que o enquadra por associação criminosa, violência política, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

Ainda sobre a contestação das urnas eletrônicas, também tiveram atuação decisiva o ex-ministro da Defesa Paulo Sergio Nogueira e a deputada federal Carla Zambelli, que se reuniram com o hacker Walter Delgatti com o intuito de alimentar fake News sobre a possibilidade de invasão eletrônica e alteração dos resultados dos votos, hipóteses sem o menor cabimento, que serviam para manipular a ira de apoiadores de Bolsonaro. Tal empenho em insuflar um ambiente golpista rendeu a Nogueira e Zambelli seus merecidos pedidos de indiciamento. Em depoimento à CPMI, Walter Delgatti narrou o encontro bizarro e mencionou participação pessoal de Bolsonaro em tais arranjos.

As provas dos planos para uma reviravolta antidemocrática foram colhidas de uma profusão de fontes. É preciosa a delação de Mauro Cid para responsabilizar os militares de atuação mais proeminente nos arranjos para o golpe. Cid era um homem de total confiança de Bolsonaro, que participava de todo tipo de relação subterrânea, uma das peças-chaves do golpe, elo de ligação entre militares, empresários e a cúpula golpista, estava por dentro de tudo que ocorria nos bastidores. Cid foi designado para o estratégico posto de comando do primeiro Batalhão de Operações Especiais de Goiânia, perigosamente próximo da Praça dos Três Poderes e base dos kids pretos. O que Mauro Cid tem a contar não é pouco. Entre os pontos da delação se encontra o do almirante Garnier Santos, que como Comandante da Marinha teria apoiado Jair Bolsonaro com todas as letras, quando este consultou os chefes militares a respeito de eventual aplicação de minuta golpista. Diga-se de passagem que o ex-assessor supremacista Filipe Martins, hoje preso por Operação da Polícia Federal, teria sido encarregado de redigir a minuta. Quanto a Garnier, foi artificialmente alçado ao alto comando por Bolsonaro, e com seu mito precisa descer a ladeira. Passou da hora de militares comprometidos com planos golpistas serem devidamente punidos.

General Heleno e Braga Netto, como já dissemos, estão atolados até o pescoço em planejamentos golpistas, como demonstrado já na CPMI e reforçado por mensagens e vídeos encontrados com Mauro Cid. A PF trabalha com a hipótese de que Braga Netto teria organizado e financiado a ida de kids pretos à Praça dos Três Poderes

"NÃO PERCAM A FÉ", DISSE BRAGA NETTO EM 18 DE NOVEMBRO DE 2022 A BOLSONARISTAS ACAMPADOS EM BRASÍLIA. UM ESTÍMULO DIRETO AO GOLPE.

no 8 de janeiro, militares altamente treinados, que teriam participado da invasão. Há outros personagens que exigem atenção. A CPMI cobrou maiores investigações sobre o General Ramos, ex-ministro da Casa Civil, e para Elcio Franco, figurinha carimbada da CPI da Pandemia por envolvimento em corrupção, que voltou a ser acusado, dessa vez na participação de golpe. Também é significativo que a CPMI tenha feito o indiciamento de oito membros do GSI, ao que tudo indica alinhados com o General Heleno e coniventes com os golpistas.

Até o momento em que este dossiê é escrito, um dos poucos peixes mais graúdos que já amargou prisão, além de Anderson Torres e Mauro Cid, é Silvinei Vasques, ex-diretor da PRF, que cinicamente fez o que pôde com operações massivas em ônibus para impedir o livre deslocamento nas estradas onde Lula tinha ampla maioria. Atualmente, as investigações apontam Torres como assessor jurídico para o golpe, além de seu papel na tentativa de persuasão da cúpula militar. O desespero para ganhar as eleições foi tamanho que não pouparam um único expediente que pudesse favorecer Bolsonaro, e quando este sofreu a derrota eleitoral, não quiseram reconhecê-la. Portanto é preciso que os inquéritos avancem e os processos corram na Justiça com celeridade para que os demais envolvidos sejam devidamente punidos.

O GOLPE VESTE FARDA
(ESTE POWERPOINT NÃO É DO DALLAGNOL)

JAIR BOLSONARO
Ex-presidente da República

A lista é longa: rachadinhas, genocídio na pandemia, desvio de joias, e quando o assunto é atentado à democracia, as provas são irrefutáveis. Atacou urnas eletrônicas em diversas lives, reuniu embaixadores para contestar nosso processo eleitoral, atiçou os seguidores até culminar no 8 de janeiro. E para não restar dúvida, a reunião de julho de 2022 deixou claro que sua intenção era dar golpe antes mesmo das eleições.

BRAGA NETTO
Ex-ministro da Defesa e da Casa Civil
Candidato a vice-presidente

Mensagens revelam que incitou militares do Alto Comando a aderirem ao golpe, pressionando chefes do Exército e da Marinha e recebendo oficiais em sua casa. Também encorajava os golpistas acampados na frente do QG, tendo possivelmente apoiado financeiramente.

AUGUSTO HELENO
Ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional

Com longo histórico no golpismo (na ditadura de 1964 e no "golpe dentro do golpe" de 1977, quando era ajudante de ordens de Sylvio Frota), falou na reunião de 5/7/22 em "virar a mesa" e infiltrar agentes da Abin nas campanhas adversárias.

ALEXANDRE RAMAGEM
Ex-diretor geral da Abin

Ramagem está na mira da Polícia Federal pela suspeita de criar a chamada Abin Paralela. A agência de inteligência teria sido bolsonarizada para espionar adversários políticos do ex-presidente e blindar seus filhos de investigações.

PAULO SERGIO NOGUEIRA
Ex- ministro da Defesa

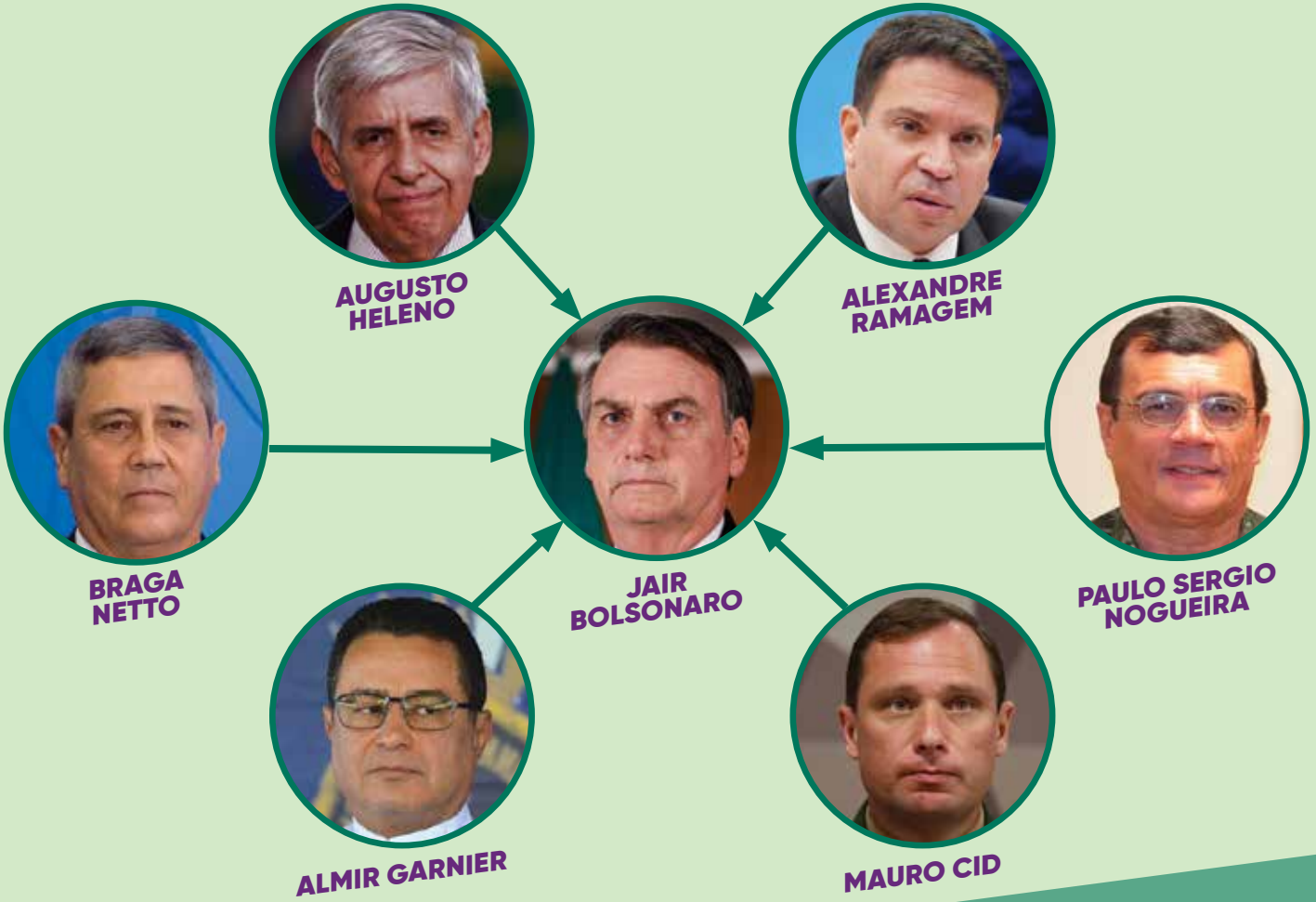
Levou o hacker Walter Delgatti ao ministério para preparar documento mentiroso atacando urnas eletrônicas. Tentou manipular relatório militar que NÃO constatou vulnerabilidade das urnas.

MAURO CID
Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro

Agia em nível operativo nas mais diversas falcatruas, desde o desvio da joias árabes até envolvimento com a minuta golpista, que ele recebeu das mãos de Filipe Martins. Preso, colabora em delação premiada.

ALMIR GARNIER
Ex-Comandante da Marinha

O único dos três comandantes das Forças Armadas que se prontificou a atuar pelo golpe. Foi alçado artificialmente ao topo por Bolsonaro e buscou coagir outros militares de alta patente.


AUGUSTO HELENO
ALEXANDRE RAMAGEM
BRAGA NETTO
JAIR BOLSONARO
PAULO SERGIO NOGUEIRA
ALMIR GARNIER
MAURO CID

SEM ANISTIA PARA GOLPISTAS!

FOTO: Adriano Machado/Reuters

O EX-AJUDANTE DE ORDENS MAURO CID PRESENCIOU TODO TIPO DE MOVIMENTAÇÃO GOLPISTA. SUA DELAÇÃO É CRUCIAL PARA RECONSTITUIR O ROTEIRO DO GOLPE.

Bolsonaro passou seus quatro anos de governo preparando o golpe, atacando a democracia, o STF, o TSE, as urnas eletrônicas, usando e abusando de fake news para desacreditar o processo democrático. Agora as investigações da Polícia Federal sobre o 8 de janeiro não deixam dúvidas sobre a autoria de Bolsonaro como o grande articulador da tentativa fracassada de Golpe de Estado no Brasil. O volume de manipulações, de planejamento, de articulação para o golpe mostrou que não era só espionagem, uso da ABIN, aparelhamento do Estado, teve toda uma articulação golpista que marcou o início, o meio e o final do governo Bolsonaro.

A delação do ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, está carregada de provas do envolvimento de Bolsonaro, militares próximos ao governo, políticos e empresários da extrema direita, que planejaram e tentaram executar um golpe de estado para eliminar o estado democrático de direito no Brasil. Não bastassem os depoimentos contundentes do tenente-coronel, o vídeo amplamente divulgado da reunião ministerial golpista de 5 de julho de 2022, onde Bolsonaro e os militares falam abertamente de golpe, quebra do regime democrático, de derrubada de ministros do Supremo Tribunal Federal, não deixa dúvidas das intenções golpistas dessa verdadeira quadrilha.

General Augusto Heleno, então ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), anunciou que a ABIN iria espionar as "duas campanhas presidenciais", como se isso desse alguma neutralidade àquela ação ilegal. Tampouco conteve atrocidades como essa, na fatídica reunião ministerial: "Não tem VAR nas eleições. Não vai ter segunda chamada na eleição, não vai ter revisão do VAR. Então, o que tiver que ser feito tem que ser feito antes das eleições. Se tiver que dar soco na mesa, é antes das eleições. Se tiver que virar a mesa, é antes das eleições". E foi além: "Vai chegar um ponto em que não vamos poder mais falar, vamos ter que agir. Agir contra determinadas instituições e determinadas pessoas, isso para mim é muito claro".

Diante das imagens, não há muito espaço para contra-narrativas, a tal ponto que os ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica preferiram sair do silêncio. Freire Gomes e Baptista Junior, em seus depoimentos à Polícia Federal na condição de testemunhas, confirmaram que Jair Bolsonaro se reuniu com eles para tratar da minuta golpista, tal como Mauro Cid havia adiantado. É possível, como eles alegam, que tenham resistido a uma adesão inconteste à ruptura institucional, embora se deva repreender a conivência com acampamentos bolsonaristas na frente dos quartéis, repletos de fanáticos que pediam um novo AI-5.

A movimentação golpista ganhou maior ênfase após a derrota de Bolsonaro nas urnas no 2º turno, que combinou com ações de rua, com os acampamentos em frente aos quartéis e o bloqueio de estradas, até a tentativas terroristas como colocar bomba no Aeroporto de Brasília e quebra-quebra promovido no dia da diplomação de Lula, em 12 de

dezembro de 2022. Investiram em ações contra instituições e na enxurrada de fake news nas redes sociais.

Como parte dessa estratégia de desacreditar o processo eleitoral estava a representação feita pelo Partido Liberal, o partido de Bolsonaro, ao TSE contestando o resultado das urnas. Tal representação chegou ao descalabro de questionar apenas o resultado das eleições presidenciais, sem questionar as eleições de governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

A tal representação foi indeferida pelo TSE por ser "ostensivamente atentatório ao Estado Democrático de Direito e realizado de maneira inconsequente com a finalidade de incentivar movimentos criminosos e antidemocráticos que, inclusive, com graves ameaças e violência vem obstruindo diversos rodovias e vias públicos em todo o Brasil. (...) No entanto, mesmo os investigados tendo ciência da chance remota de êxito, a estratégia adotada teve a finalidade de servir de fundamento para a tentativa de execução do golpe de Estado…" alertou o STF.

Essas ações combinadas em várias frentes culminaram no 8 de janeiro de 2023. O que houve naquele fatídico dia em Brasília foi uma barbárie, não só pela invasão e depredação do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, mas porque houve uma articulação que só não se viabilizou como golpe militar e uma quartelada porque eles não conseguiram adesão da maioria do Alto Comando do Exército e não conseguiram unidade na própria elite brasileira como tiveram em 1964. A maioria não aderiu à tentativa golpista e mesmo aqueles que não têm apreço pela democracia e boicotam o governo Lula viram aquilo como uma aventura, fadada ao fracasso. Mas o fato de o golpe não ter vingado não retira a responsabilidade de quem o articulou, assim como de quem fez vistas grossas ou acobertou toda uma movimentação claramente voltada para um golpe de Estado.

A tese de que se tratavam de pessoas desprovidas de uma estratégia golpista de maior alcance, que eram uma horda errante, violenta, mas incapaz de concretizar um golpe não se justifica, uma vez que a hipótese de vitória não foi testada, a grande expectativa dos golpistas era desencadear um processo de confusão e desorientação institucional capaz de mobilizar setores de extrema direita em todo o país e parte das Forças Armadas para dar sustentação ao golpe de Estado.

As cenas e diálogos que vimos logo após a desocupação da Praça dos Três Poderes são reveladoras do grau de envolvimento das Forças Armadas com o movimento golpista. O general Júlio César de Arruda, então comandante do Exército, e que foi exonerado por Lula, teria dito ao comandante da PM do DF: "acho que eu tenho um pouco mais de tropa que o senhor, não é coronel?", em referência ao número de policiais militares do DF — que é sabidamente menor que o do Exército. No dia 08, o Exército impediu a entrada da Polícia Militar no acampamento em frente aos quartéis, evitando assim a prisão dos envolvidos nos atos golpistas. Dois blindados foram deslocados para a entrada do Setor Militar Urbano, para deixar óbvio o recado.

As prisões puderam acontecer só na manhã seguinte, dando tempo para muitos escaparem. Arruda é apontado como um dos responsáveis por isso. Vale ressaltar que parentes de generais, que figuras de maior relevo político tiveram tempo para fugir, deixando apenas os mais incautos que não acreditavam em algum tipo de punição.

Os militares que conspiraram precisam ser identificados e punidos. A CPI mostrou o caminho. É preciso também romper com as tentativas de apaziguar, de passar pano para os crimes cometidos. São deletérios o papel e as declarações do ministro da Defesa José Múcio Monteiro que alimentam a impunidade, como essa dada ao jornal Folha de S.

PARA REORGANIZAR A DEMOCRACIA

Expurgar definitivamente da história que os militares "salvaram o Brasil do comunismo". Afirmar que em 1964 houve um golpe de estado civico-militar que eliminou a democracia e instaurou a tortura como política de Estado.

Definição clara de que o papel das nossas Forças Armadas é a defesa do território nacional e das fronteiras contra ataques externos, sem qualquer margem para extrapolações de seus papéis institucionais.

Declaração de Inconstitucionalidade e Supressão definitiva do Artigo 142, para que não seja interpretado maliciosamente segundo a conveniência de golpistas.

Profissionalização das Forças Armadas e reafirmação de seu caráter apartidário. Mudança no currículo da AMAN e de outras instituições de formação das Forças Armadas.

Criar mecanismos legais que limitem a participação de militares em governos. Não podemos permitir novamente uma situação de mais de 6 mil militares em cargos civis ou o vexame que significou Pazuello no Ministério da Saúde.

Há de se cogitar a cassação do registro do PL por participação ativa no golpe.

FOTO: Joana Berwanger/Sul21

Paulo: “Só de uma coisa tenho certeza cristalina: o golpe não interessou em momento nenhum às Forças Armadas, são atitudes isoladas de componentes das forças”, enfatizou. “Devemos ao Exército, Marinha e Aeronáutica a manutenção da nossa democracia”.

É mais um crime querer atribuir ao comando das Forças Armadas a salvação da democracia. Isso é uma inversão de papéis, pelo contrário, foram eles que ameaçaram a democracia. Não podemos naturalizar uma tentativa de golpe, mesmo que fracassado. Não é para enaltecer que alguns militares não embarcaram no golpe, é para se denunciar a ausência de uma postura mais contundente antigolpe que inclusive denunciasse antes mesmo de qualquer investigação os que estavam envolvidos. Também precisam responder por prevaricação e omissão aqueles que permitiram as manobras golpistas. O silêncio cúmplice da alta cúpula dos militares mostra que de fato estivemos sob risco concreto de um golpe bem sucedido em 2023, que só não foi adiante porque não tinham as condições políticas internas e externas para isso, mas não por beneplácito das Forças Armadas.

A questão central é: o golpe fracassou, eles foram derrotados, Bolsonaro foi derrotado. Isso cria as condições para mudar a doutrina militar no Brasil. Para uma profissionalização de fato das Forças Armadas, para o rompimento do ciclo ideológico de extrema direita que contaminou suas fileiras, para uma separação radical entre a instituição e a vida política, para se criar mecanismos que limitem a participação de militares em governos, para uma revisão curricular da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) e de outras instituições de formação das Forças Armadas. Essas mudanças precisam ser implementadas, é preciso coragem política para colocar em curso esse processo sob o risco de uma ameaça de golpe continuar a ser gestada dentro das fileiras das Forças Armadas, aliadas a setores civis de extrema direita. Não podemos correr esse risco e não podemos perder a oportunidade deixada pelo fracasso do golpe do 8 de janeiro.

O que vemos agora é que Bolsonaro está desesperado, está se isolando cada vez mais e tenta puxar seus aliados para uma armadilha. O inelegível tornou-se ainda mais tóxico do que era. Seu pedido de anistia é patético, é um reconhecimento antecipado de culpa. O genocida pede que se passe uma borracha no passado para tentar se livrar da responsabilidade por seus crimes.

As investigações da Polícia Federal estão avançando e diante de tantas provas cabais, de fartos elementos comprobatórios dos crimes cometidos pelo miliciano e pelos militares, não cabem vacilos nem hesitações. A ação penal é irreversível. A impunidade seria um ato indelével contra a democracia, Não por vingança, mas por justiça e compromisso histórico com a defesa do estado democrático de direito, é preciso fazer o acerto de contas com essa página nefasta de nossa história e mandar esses criminosos para a cadeia!

QUANDO NOSSOS VIZINHOS DERAM EXEMPLO

A ARGENTINA NÃO POUPOU O DITADOR JORGE VIDELA, CONDENADO À PRISÃO PERPÉTUA PELOS HORRORES COMETIDOS SOB ESTADO DE EXCEÇÃO

Não há país na América Latina mais indulgente com os crimes de sua ditadura militar do que o Brasil. Um total de zero condenações. Ou melhor, houve uma na esfera cível contra o torturador Coronel Brilhante Ustra, como nos relata Pádua Fernandes em outra seção deste dossiê. E na esfera criminal houve uma sentença de primeira instância, mas que foi revertida depois pelo TRF-3. O delegado Carlos Alberto Augusto chegou a ser condenado por juiz federal pelo sequestro de Edgar de Aquino Duarte nos anos 1970. A tese da sentença é que sequestro não seria coberto pela Lei da Anistia por se tratar de crime continuado. Em 2022, no entanto, a defesa recorreu e foi acatada a alegação de prescrição. Não houve até aqui espaço para enquadrar os agentes da ditadura por crimes contra a humanidade, imprescritíveis. Segue em vigor a Lei da Anistia, redigida no gabinete do General Figueiredo, em 1979. Por mais que tenha permitido o retorno de exilados e o perdão a presos políticos, não deixou de ser uma lei conveniente aos militares que promoveram atrocidades, poupados até hoje de seus crimes. A redemocratização não se impôs com toda sua plenitude ao não punir de modo exemplar e pedagógico aqueles que cometeram os atos vis que não podem jamais se repetir.

Os países vizinhos foram menos lenientes para com os militares que participaram de suas ditaduras. Na Argentina, logo no primeiro ano de abertura democrática, em 1983, foi criado o Conadep, Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas. O clima político favoreceu o andamento dos processos, a opinião pública execrava a ditadura militar após uma crise econômica colossal e a desventura sangrenta da Guerra das Malvinas. Há que se considerar a pressão popular de movimentos como o das Madres de Plaza de Mayo e a coragem particular de promotores públicos, como bem retratado no filme “1985”, com Ricardo Darín. O desfecho dos processos foi contundente: o ditador Jorge Videla foi sentenciado à prisão perpétua e mais 1058 pessoas foram condenadas por crimes ligados ao terrorismo de Estado.

O Chile talvez não tenha demonstrado a mesma disposição que a Argentina, mas sua população pôde acompanhar no final da década de 1998 a prisão de Augusto Pinochet. Em sua terra natal, o então senador vitalício enfrentava um processo judicial um tanto arrastado, mas ao pisar em solo britânico foi surpreendido por um pedido de prisão. O pedido se originava na Espanha, que se baseou no direito internacional para requisitar sua extradição e custódia pelos crimes cometidos na Operação Condor.

Pinochet, que comandou o Chile naquele momento de colaboração entre ditadores latinos, o

responsável por mais de 100 mil vítimas entre mortos, desaparecidos e torturados, que transformou um estádio de futebol em arena sangrenta, ao menos amargou 503 dias de prisão em terra estrangeira. Ao voltar ao Chile, esquivou-se de novas punições ao apelar à alegação de supostos problemas mentais. Ainda que de maneira um tanto esquiva, foi permitido à população chilena algum aprendizado histórico pelos crimes do ditador. A prisão de Pinochet em Londres pôde servir como marco irredutível na memória coletiva dos chilenos, um divisor de águas na autocompreensão de uma nação. O processo de responsabilização de militares seguiu adiante e, ainda que tardiamente, a Suprema Corte chilena passou a condenar a partir de 2010 centenas de militares por violações aos direitos humanos.

O Brasil paga um preço enorme por não ter vivenciado qualquer punição aos artífices da nossa ditadura. A impunidade permitiu que figuras como o veterano de golpes General Heleno fosse alçado a chefe do GSI no governo Bolsonaro, onde trabalhou contra a democracia e fez o máximo de estrago que esteve ao seu alcance. O próprio Jair Bolsonaro jamais poderia se sentir à vontade para homenagear o ardiloso Coronel Brilhante Ustra. Bolsonaro deveria ter saído preso daquela tenebrosa sessão da Câmara de 17 de abril de 2016, quando somou à infâmia do impeachment sem crime de responsabilidade a atrocidade da apologia à tortura.

Somente a Comissão da Verdade trouxe algum desconforto aos militares, com uma investigação séria sobre as barbaridades cometidas pelo governo militar. O intenso trabalho da Comissão, de 2011 a 2014, culminou em uma lista de 377 nomes de responsáveis por graves violações aos direitos humanos. Nenhum deles processado criminalmente, nenhum deles pagou pelas torturas, pelas mortes, pelos desaparecimentos. Para aqueles que insistem no negacionismo, no revisionismo deste triste período, recomenda-se averiguar os áudios que recentemente vieram à tona das sessões do Superior Tribunal Militar. Entre as 10 mil horas de gravações há, por exemplo, pedido de apuração, por parte de um dos ministros do STM, do caso de uma grávida de três meses que teria sofrido aborto após sessão de choque elétrico na genitália. As sessões do STM deixam claro que mesmo na visão de dentro, no seio militar mesmo, havia a constatação de que as violações aconteciam, de que não se trata de mera "narrativa" da esquerda.

Não se pode esquecer, não se pode perdoar, não se pode minimizar nem relativar o que foram os crimes contra a humanidade perpetrados pela ditadura civil-militar. Nunca mais!

A CONDENAÇÃO DE CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA NA AÇÃO MOVIDA PELA FAMÍLIA ALMEIDA TELES: A RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES DA REPRESSÃO

O coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o DOI-Codi de São Paulo entre 1970 e 1974, foi chamado a depor na Comissão Nacional da Verdade em 2013. Os membros da CNV mostraram documentos sobre mortes e tortura no DOI-Codi, mas o militar negou ter praticado qualquer ilícito. A audiência acabou abruptamente com um bate-boca entre ele e o vereador Gilberto Natalini, que afirmou ter sido torturado por Ustra.

O militar morreu em 2015. No ano seguinte, o então deputado federal Jair Bolsonaro dedicou seu voto pela abertura do impeachment para o "pavor de Dilma Rousseff", o coronel Brilhante Ustra. O então deputado pelo PSOL Jean Wyllys reagiu tentando cuspir em Bolsonaro.

Naquela infausta sessão da Câmara dos Deputados, tampouco no depoimento dado à CNV, ninguém lembrou que Ustra já havia sido declarado judicialmente como

ESCRITOR E PESQUISADOR, TRABALHOU NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, NA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO E NA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. INTEGRA O INSTITUTO DE PESQUISA DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

torturador. No entanto, a decisão judicial já havia ocorrido em processo proposto em 2005 pela família Almeida Teles. Conto essa história no livro “Ilícito absoluto: a família Almeida Teles, o coronel C. A. Brilhante Ustra e a tortura” (São Paulo: Patuá, 2023).

A família Almeida Teles, que processou Brilhante Ustra, era composta por Maria Amélia de Almeida Teles e seu marido, César Augusto Teles; os dois filhos, Janaína e Edson; e a irmã de Maria Amélia, Criméia Alice Schmidt de Almeida. Maria Amélia, César e Criméia militavam no PCdoB, partido à época proibido no Brasil.

Maria Amélia e César trabalhavam no jornal do PCdoB. Criméia era uma das guerrilheiras do Araguaia e tinha voltado do Pará porque tinha engravidado do seu companheiro, André Grabois, que se tornaria um dos desaparecidos políticos da época.

Em 28 de dezembro de 1972, Maria Amélia e César foram sequestrados por uma equipe do DOI-Codi de São Paulo, já chefiado por Brilhante Ustra. No dia seguinte, foram capturadas Criméia e as duas crianças, de cinco e quatro anos. Criméia, embora grávida de sete meses, foi torturada. As crianças viram os pais depois dos suplícios e estranharam que eles tivessem mudado de cor, por causa dos machucados e dos hematomas.

Foi sequestrado também um dirigente do PCdoB, Carlos Nicolau Danielli, que Maria Amélia, César e Criméia viram ser morto por tortura no DOI-Codi. Como se tratava de uma ditadura, época de ataque geral e sistematizado do Estado à população, esses ilícitos eram crimes de lesa-humanidade.

A ação contra Brilhante Ustra foi proposta em São Paulo em 2005, por meio do advogado Fábio Konder Comparato, que já havia proposto e vencido ação contra a União Federal representando Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente de um centro de extermínio da ditadura na cidade de Petrópolis, a “Casa da Morte”. A ação da família Almeida Teles seria diferente: foi a primeira ação proposta contra um agente da ditadura (e não contra a União Federal), para que se reconhecesse a relação jurídica entre ele e suas vítimas por causa da prática de tortura. Era uma ação civil declaratória, que não poderia ser impedida pela Lei de Anistia de 1979, que só se aplicaria a ações criminais.

Brilhante Ustra foi citado em 2006, a primeira vez no Brasil que um agente da repressão política era citado em processo para o reconhecimento de que praticou tortura. Militares fizeram banquetes de solidariedade ao colega no fim de 2006 e no Rio de Janeiro no início de 2007, acusando a esquerda de “revanchismo”. Membros do governo Lula, como o Ministro da Justiça, Tarso Genro, começaram a discutir a Lei de Anistia. Outros se solidarizaram com o réu, especialmente o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e defenderam que não se poderia voltar ao passado para julgar os crimes da ditadura.

Em 2008, o juiz Gustavo Santini Teodoro, em decisão inédita no Brasil, reconheceu o dolo de Brilhante Ustra na prática de tortura contra Maria Amélia, César e Criméia.

Na decisão, aplicou a Carta da ONU e a Declaração Universal de Direitos Humanos, considerando-as normas obrigatórias para o Brasil na época da ditadura militar, e declarou que o DOI-Codi era uma "casa de horrores" onde foram cometidos "ilícitos absolutos".

Novamente irrompeu um grande rumor público. A decisão passou a ser citada nas ações que o MPF começou a mover contra os antigos agentes da repressão política. A OAB, em ação assinada por Fábio Comparato, resolveu questionar no STF a Lei de Anistia na arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) no 153. Em abril de 2010, o tribunal decidiu que a Lei de Anistia protegia os agentes da repressão.

No entanto, em novembro de 2010 o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros, sobre a Guerrilha do Araguaia. A Corte, da Organização dos Estados Americanos (OEA), determinou que o Brasil afastasse a Lei de Anistia e investigasse e punisse os crimes da ditadura.

Para responder à Corte, o governo, em 2011, aprovou duas leis: para criação da CNV e para assegurar o acesso à informação, acabando com o sigilo eterno dos documentos, que o governo de Fernando Henrique Cardoso havia instituído em 2002 e que Lula havia mantido, com o apoio das Forças Armadas.

Em maio de 2012, antes mesmo da instituição da CNV, Brilhante Ustra teve seu recurso no caso da família

Almeida Teles indeferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A decisão de primeira instância foi mantida. Com isso, o processo acabou sendo tratado como um importante precedente do direito à memória, à verdade e à justiça nos relatórios da CNV (2014) e nas comissões da verdade da Câmara Municipal de São Paulo (2016), dos Estados de São Paulo (2015) e Minas Gerais (2017). Todas elas recomendaram que a Lei de Anistia não fosse aplicada de forma a proteger os autores das graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura.

Em 2014, foi a vez de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) indeferir recurso de Brilhante Ustra. Todas as decisões no caso reconheceram que a Lei de Anistia só dizia respeito a ações criminais e que a ação da família Almeida Teles era procedente.

A ADPF proposta pela OAB até hoje não tramitou em julgado. O Ministro que não cumpre o prazo regimental para levar a ação ao plenário do STF é Dias Toffoli, que atuou como Advogado-Geral da União no processo. A AGU manifestou-se a favor da extensão dos efeitos da lei para os agentes da repressão. Curiosamente, ele não se considera impedido de julgar a ação em que já atuou como advogado. Também está com ele, apensada à 153, a ADPF no 320, proposta pelo PSOL, que demanda que a lei de anistia da ditadura seja afastada de acordo com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, tendo em vista a condenação do Estado brasileiro no caso da Guerrilha do Araguaia.

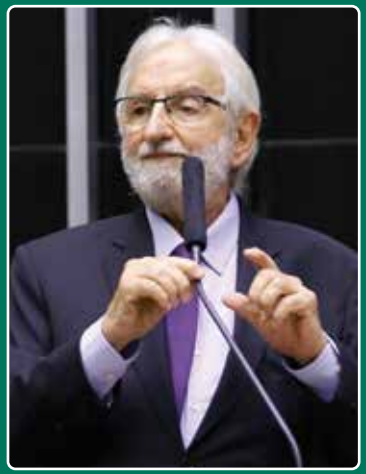
Apesar desse bloqueio judicial no STF, o sucesso do caso da família Almeida Teles mostra que, além de o legado da ditadura militar não ser uma questão “pequena” ou do “passado”, é possível, no plano cível, a responsabilização judicial dos agentes da repressão, inclusive em ações de caráter indenizatório.

Em um Estado que formalmente se democratizou, porém continua a sofrer com tortura e desaparecimentos forçados praticados pelos agentes de segurança, especialmente contra as populações periféricas, negros e indígenas, o legado da ditadura não só continua, como foi louvado por políticos como o antigo ocupante da presidência da república, Bolsonaro. Ele ocupou a máquina estatal com militares e promoveu uma onda de negacionismo histórico a respeito dos crimes da ditadura.

Essa tarefa não cumprida da transição política da ditadura para a democracia impede que se cumpra a chamada justiça de transição, que diz respeito à investigação e à punição das graves violações de direitos humanos daquele tempo, mas também à reparação das vítimas, à reforma das instituições e a garantia de não repetição daqueles ilícitos. A responsabilização dos agentes da repressão serviria para ajudar a romper esta cadeia da impunidade, do pau de arara da escravidão colonial ao da tortura contemporânea.

"A ação penal é irreversível. A impunidade seria um ato indelével contra a democracia, não por vingança, mas por justiça e compromisso histórico com a defesa do estado democrático de direito, é preciso fazer o acerto de contas com essa página nefasta de nossa história e mandar esses criminosos para a cadeia!

IVAN VALENTE
Deputado Federal PSOL/SP



Escritório em São Paulo:
Rua Ytaipu, 357 • Saúde • SP • CEP 04052-010
(11) 95050-4188
ivalente@uol.com.br

Gabinete em Brasília:
Gabinete 230 • Anexo IV • CEP 70160-900
(61) 3215-5230
dep.ivanvalente@camara.leg.br

Ivan Valente PSOL deputado federal

11 95050-4188 **@ivanvalentepsol** **ivanvalente.com.br**
@IvanValente **/IvanValentePSOL** **ivanvalente@uol.com.br**